

Os Desafios da Segurança Hídrica na Bacia do Rio Nilo

António Alexandre

Capitão-de-Mar-e-Guerra na situação de reserva. Foi docente no Instituto Universitário Militar. É Doutorado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos de Segurança e Estratégia, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Possui o Curso de Estudos Avançados de Geopolítica, da Universidade Autónoma de Lisboa em parceria com o Instituto da Defesa Nacional. É investigador associado no Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar e auditor do Curso de Defesa Nacional.

Resumo

O início do enchimento da grande barragem da renascença etíope, a maior de África, no Nilo Azul, em julho de 2020, e a não obtenção de um acordo sobre a partilha de recursos hídricos, acentuou as divergências entre o Egito, a Etiópia e o Sudão acerca da gestão das águas transfronteiriças do rio Nilo.

O principal objetivo da Etiópia é a produção de energia hidroelétrica, mas as operações da nova barragem poderão alterar significativamente os padrões do caudal do Nilo a jusante e afetar tanto o Sudão como, sobretudo, o Egito.

Este artigo analisa as disputas pelo controlo do caudal do rio Nilo entre a Etiópia, que procura afirmar o seu poder naquela região, o Egito, que tem sido dominante, e o Sudão, que pode beneficiar da energia produzida na nova barragem. Os resultados evidenciam que a competição geopolítica entre os três Estados existe e encontra-se mesmo num ciclo ascendente.

Palavras-chave: Rio Nilo; Egito; Etiópia; Sudão; Competição Geopolítica.

Artigo recebido: 06.08.2022

Aprovado: 10.11.2022

<https://doi.org/10.47906/ND2023.164.06>

Abstract

The Challenges of Water Security in the Nile River Basin

The beginning of the filling of the Grand Ethiopian Renaissance Dam, the largest dam in Africa, on the Blue Nile in July 2020 and the failure to reach an agreement on sharing water resources has accentuated ancient disagreements between Egypt, Ethiopia and Sudan over the management of the transboundary waters of the Nile River.

Ethiopia's primary goal is hydroelectric power production, but the operations of the new dam could significantly alter the flow patterns of the Nile downstream and affect both Sudan and especially Egypt.

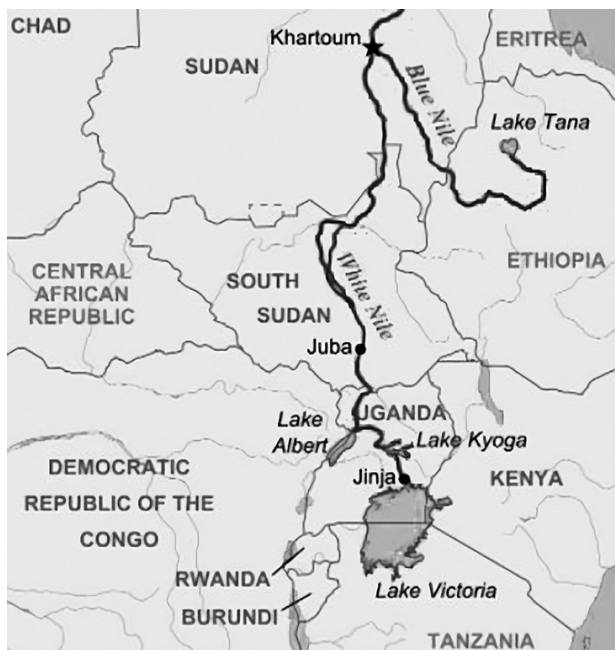
This article analyses the disputes for control of the Nile River flow between Ethiopia – which seeks to assert its power in that region – Egypt – which has been dominant – and Sudan – which may benefit from the power produced at the new dam. The results show that the geopolitical competition between the three states exists and is even in an upward cycle.

Keywords: Nile River; Egypt; Ethiopia; Sudan; Geopolitical Competition.

Introdução

O rio Nilo flui de sul para norte, no nordeste do continente africano, e desagua no mar Mediterrâneo. É o maior rio do mundo (com 6.650 quilômetros de comprimento) e corre através do Burundi, Tanzânia, Ruanda, República Democrática do Congo, Quênia, Uganda, Etiópia, Sudão do Sul, Sudão e Egito (OWP, 2022). Os seus principais afluentes, que a Figura 1 mostra, são: o Nilo Azul (que nasce no lago Tana, nas terras altas do noroeste da Etiópia, origem de cerca de 85% da água do rio Nilo); e o Nilo Branco (que corre desde o lago Vitória, na região dos grandes lagos africanos). Os dois afluentes juntam-se no Sudão, em Cartum, constituindo o rio Nilo.

Figura 1
O Nilo Branco e o Nilo Azul



Fonte: Geography (2022).

De acordo com a *Organization for World Peace* (OWP, 2022), a população dos Estados banhados pelo rio Nilo está atualmente estimada em 400 milhões de pessoas, sendo que mais de metade (250 milhões) depende dele para o abastecimento diário de água. A ONU prevê que essa população venha mesmo a duplicar até 2050, aumen-

tando significativamente a pressão sobre as águas do Nilo para sustentar um número próximo dos mil milhões de pessoas. Presentemente, cerca de 10% da população da região do Nilo (4 milhões de pessoas) enfrenta já a falta de água. Contudo, estima aquela organização que, em 2040, perto de 80 milhões de pessoas poderão ser afetadas pela escassez de água nesta região, devido não apenas ao aumento esperado da população como também às alterações climáticas – que terão impacto no incremento da variabilidade do caudal do Nilo (OWP, 2022).

Se bem que nas últimas décadas do século XX as divergências existentes, sobretudo entre o Egito e a Etiópia, diziam respeito à simples ideia de construção de uma barragem em território etíope, já no corrente século – em particular a partir de 2010, ano em que o governo de Adis Abeba comunicou a decisão de iniciar a sua construção – a disputa passou a centrar-se nos planos para a sua exploração futura. E a razão é simples: a grande barragem da renascença etíope¹, uma vez terminada, passaria a ser a maior central hidroelétrica de África e o Egito receava que o projeto permitisse à Etiópia controlar o caudal do rio Nilo.

O ritmo de enchimento da barragem pela Etiópia preocupa, de igual modo, as autoridades egípcias, uma vez que pode afetar significativamente, no curto/médio prazo, se for demasiado rápido, o caudal a jusante. A Etiópia pretendia concluí-lo em seis anos. E alega que precisa de o fazer porque tem uma escassez de eletricidade significativa, já que cerca de 65% da sua população não se encontra ligada à rede elétrica. Por outro lado, a energia gerada pela nova barragem será suficiente para cobrir todas as suas necessidades e ainda para vender o excedente aos países vizinhos². No entanto, quanto mais tempo for necessário para encher o reservatório, menor será o impacto ao nível do caudal do rio, o que vai de encontro aos desejos do Egito, que propôs um período mais longo para que não desça drasticamente, especialmente na fase inicial. A exigência do Cairo foi no sentido de o enchimento da barragem demorar entre 12 e 21 anos, o que Adis Abeba considerou inaceitável. E o facto é que as conversações entre Egito, Sudão e Etiópia sobre o enchimento e exploração da barragem, que se prolongaram durante vários anos, caíram num impasse e não chegaram sequer a qualquer princípio de entendimento (Mutahi, 2020; Wheeler *et al.*, 2020).

Em termos metodológicos, focámos a nossa análise no nível regional e delimitámos a investigação aos três países que, fruto do seu posicionamento, ambições e dependência do caudal do rio Nilo, mais ativos têm permanecido em torno da construção

1 *Grand Ethiopian Renaissance Dam (GERD)*. A barragem inundará 1.680 quilómetros quadrados de floresta no noroeste da Etiópia e criará um reservatório que conterà cerca de 70 mil milhões de metros cúbicos de água – equivalente a todo o fluxo anual do Nilo Azul na fronteira com o Sudão. A capacidade elétrica projetada é de 6.000 megawatts (International Rivers, 2014).

2 Os países vizinhos, incluindo o Sudão, Sul do Sudão, Quênia, Djibuti e Eritreia, são suscetíveis de beneficiar da energia gerada pela barragem (Mutahi, 2020).

e enchimento da GERD, desde a segunda metade do século passado até à atualidade: o Egito, a Etiópia e o Sudão. Seguimos um quadro epistemológico interpretativista, uma estratégia de investigação qualitativa e utilizámos como método preferencial de coleta de dados o acesso a fontes documentais escritas (Santos e Lima, 2019).

O argumento que defendemos é que existem disputas significativas entre aquelas três potências regionais pela exploração futura da GERD, estando em fase ascendente e podendo mesmo conduzir, no limite, a um conflito militar na região. Para isso muito contribui o facto de a Etiópia alegar que a barragem no “seu” Nilo Azul é uma questão interna, crucial para o desenvolvimento económico do país e para fornecer energia elétrica às suas populações. Já o Egito vê-a antes como uma grave ameaça ao abastecimento de água do Nilo, do qual está quase inteiramente dependente. O Sudão tem manifestado preocupação com a segurança da infraestrutura etíope e o impacto futuro nas suas próprias barragens, embora possa ser um beneficiário da energia que venha a ser produzida pela GERD. Esta competição a que se tem assistido tende a agudizar-se no futuro próximo, pois o que está em causa é a segurança hídrica³ de todo o nordeste do continente africano, absolutamente depende do rio Nilo e afluentes.

O presente artigo está dividido em três capítulos, para além da introdução e das conclusões. O primeiro capítulo aborda o enquadramento histórico da relevância do rio Nilo. O segundo evidencia os fatores geopolíticos conjunturais mais relevantes. O terceiro apresenta uma visão prospetiva de interações geopolíticas entre os atores em causa. As conclusões elencam as disputas geopolíticas em jogo.

1. Enquadramento histórico

O rio Nilo está profundamente enraizado na cultura egípcia antiga e na sua lógica de expansão de poder. Desde aproximadamente 3000 a.C. que os egípcios construíram sistemas avançados de irrigação no Nilo e utilizaram-no para o regular transporte de pessoas e mercadorias (OWP, 2022).

O ano 2.500 a.C. testemunhou o primeiro acordo sobre a utilização comum de um rio, no caso o Tigre, entre duas cidades-Estado sumérias – Lagesh e Umma. Ambas disputavam a sua utilização, tendo-se levantado questões fronteiriças relacionadas

3 Que as Nações Unidas definem como a capacidade de uma população para salvaguardar o acesso sustentável a quantidades de água de qualidade aceitável para a subsistência e o bem-estar humano, para o desenvolvimento socioeconómico, para assegurar a proteção contra a poluição da água (e desastres com ela relacionados) e para preservar ecossistemas, num clima de paz e estabilidade política (UN Water, 2013).

com um canal de irrigação contestado, o que levou à formalização desse acordo patrocinado pelo rei Mesilim, líder da cidade vizinha de Kish. No entanto, Umma violou os termos do acordo ao não pagar as suas dívidas de arrendamento, resultando naquela que ficou conhecida como a “primeira guerra da água”, em 2470 a.C. (Deribe, 2020).

Já no século passado, o *Nile Water Agreement* assinado entre o Egito e o Sudão anglo-egípcio, em 1929, incluía cláusulas que favoreciam francamente os direitos do Egito relativamente à água do Nilo, incluindo monitorizar o fluxo nos países a montante, reservar para si o caudal do rio durante a estação seca ou realizar projetos relacionados com o rio sem o consentimento dos demais Estados ribeirinhos. O Egito reservou-se, ainda, o direito de vetar quaisquer projetos de construção que pudessem afetar negativamente os seus interesses (El-Gamal, 2022; OWP, 2022).

Em 1959, o Egito e o Sudão assinaram um novo *Nile Water Agreement* que atribuía três quartos do volume total da água do Nilo ao Egito e um quarto ao Sudão e previa que o Egito consentisse na utilização da água do Nilo por outros Estados (UN, 1963). Nem a Etiópia nem os demais países ribeirinhos a montante, onde se situam as fontes naturais da água, foram partes neste acordo. Assumiu-se, pois, na prática, como um acordo bilateral entre o Egito e o Sudão. As ramificações deste acordo para a utilização da água do Nilo (que se estendiam além dos dois países em causa e afetavam toda a bacia), levou a que alguns Estados tivessem questionado a sua legitimidade, entre os quais a Etiópia que simplesmente não o reconheceu (Deribe, 2022). Este acordo de 1959 assentava em “direitos adquiridos” (pelo Egito e Sudão), prevendo uma atribuição de 55,5 mil milhões de metros cúbicos de água ao Egito e 18,5 mil milhões de metros cúbicos ao Sudão. O documento considerava, outrossim, perdas ambientais (perto de 10 mil milhões de metros cúbicos devido à evaporação na barragem de Assuão, no Egito) (UN, 1963, pp. 64-66). Contabilizando o caudal anual total das águas do Nilo medido em Assuão na altura (84 mil milhões de metros cúbicos), praticamente nada restava para o abastecimento de água dos demais países. Esta atribuição só podia ser sustentada se os demais países ribeirinhos não utilizassem o rio, aqui residindo o cerne do problema na bacia do Nilo (Deribe, 2022).

Mas a Etiópia tinha as suas próprias ambições. Em 1964, um estudo interno destacou o potencial de geração de energia hidroelétrica e irrigação, pelo que a opção de Adis Abeba recaiu na construção de uma grande infraestrutura no seu território (Wheeler *et al.*, 2020). A construção de uma barragem no Nilo Azul acabaria por ser apresentada apenas em 1978, mas foi recebida com reações francamente negativas do Egito que temia que viesse a ameaçar o seu abastecimento de água. No ano seguinte, o presidente egípcio, Anwar Al Sadat, afirmou mesmo que “o único assunto que poderia levar o Egito de novo à guerra era a água”. Alguns anos

depois, em 1988, o ministro dos Negócios Estrangeiros egípcio, Boutros Boutros-Ghali, previu mesmo que “a próxima guerra no Médio Oriente seria travada sobre os direitos da água no Nilo e não sobre qualquer questão política” (OWP, 2022).

As Nações Unidas criaram, mais tarde, em 1997, a *Convention on the Law of the Non-navigational Uses of International Watercourses*, cujo artigo 5.º refere expressamente que “(...) deve ser prosseguida uma utilização e participação equitativa e razoável dos cursos de água partilhados, tendo em consideração os interesses de todos os Estados por eles atravessados e a sua adequada proteção (...)” (UN, 1997).

Ainda em 1997, foi criado o *Nile River Cooperative Framework* para promover “(...) a gestão integrada, o desenvolvimento sustentável e a utilização harmoniosa dos recursos hídricos da bacia do Nilo, bem como a sua conservação e proteção em benefício das gerações presente e futuras”. O quadro previa a constituição de um mecanismo institucional permanente, *The Nile River Commission*, que deveria promover e facilitar a sua implementação e a cooperação entre os Estados-membros (OWP, 2022).

Em 1999, os países da bacia do rio Nilo chegaram a um acordo e estabeleceram a *Nile Basin Initiative*. O objetivo consistia em estabelecer um clima de confiança entre todos e alcançar um desenvolvimento socioeconómico sustentável, através da utilização equitativa dos recursos hídricos comuns, procurando beneficiar todos os Estados signatários (Al-Anani, 2021).

Em 2009 ficou pronto um novo *Cooperative Framework Agreement* (CFA, 2009), mas permaneceu pendente devido às disputas entre os Estados relativamente a tratados anteriores⁴ (OWP, 2022). Foi neste enquadramento que, em maio de 2010, a Etiópia anunciou a intenção de construir a maior barragem hidroelétrica de África, no Nilo Azul, a apenas 45 quilómetros da fronteira com o Sudão (Figura 2), o que causou incómodo no Egito e no Sudão e aumentou as tensões entre os três Estados (Earnest, 2012).

4 Acabou por entrar em vigor em fevereiro de 2011 e ficou conhecido como *Entebbe Agreement*, tendo sido assinado pelo Uganda, Quênia, Tanzânia, Etiópia, Ruanda e Burundi. O Sudão e o Egito recusaram-se a assiná-lo, argumentando que tanto o acordo de 1959, como o anterior, de 1929, estipulavam que a aprovação de todos os Estados da bacia do Nilo devia ser obtida antes da implementação de quaisquer projetos de utilização da água. Todavia, os seis Estados signatários deste novo acordo rejeitaram aquela posição afirmando que os acordos de 1929 e 1959 eram nulos e inválidos porque tinham sido escritos e ratificados em pleno período do colonialismo britânico (Earnest, 2012).

Figura 2
Localização da GERD



Fonte: Mutahi (2020).

As iniciativas diplomáticas intensificaram-se depois disso. Ainda em maio de 2010, e em resposta ao anúncio das intenções manifestadas pela Etiópia, o ministro egípcio dos recursos hídricos e ambientais, Mohamed Nasr Eldin Allam, concordou com as autoridades sudanesas em preservar “os direitos históricos de ambos os países às águas do Nilo”, e o presidente Hosni Mubarak reuniu-se com os líderes do Quênia e da República Democrática do Congo para discutir as disputas sobre o rio Nilo⁵. Logo depois, o Egito apresentou formalmente queixa na Organização das Nações Unidas (ONU) e na União Africana (UA) sobre a construção da GERD. Em novembro desse ano foram concluídos os planos para a construção da infraestrutura (OWP, 2022).

5 O encontro teve lugar depois do Quênia e outros países da região terem concordado em reexaminar os direitos de partilha de água do Nilo, uma vez que os tratados anteriores conferiam a (grande) maioria desses direitos ao Egito (OWP, 2022).

Tanto o Egito como a Etiópia consideram a barragem como uma questão de segurança nacional e em 2013 o presidente egípcio, Mohamed Morsi, declarou publicamente que “todas as opções” estavam em cima da mesa se a construção da barragem continuasse, incluindo a ação militar (American Security Project, 2017). Os contactos entre os três Estados prosseguiram, até que em fevereiro de 2014, após o fracasso das negociações sobre os direitos da água do Nilo e a construção da GERD, o Sudão anunciou a sua neutralidade na disputa entre o Egito e a Etiópia⁶. Regressaram às conversações em março de 2015 e assinaram uma declaração de princípios que tinha como propósito alcançar uma “cooperação baseada na compreensão mútua e no interesse comum, em linha com o direito internacional”. No entanto, não foi possível chegar a qualquer acordo, o que aumentou a desconfiança entre a Etiópia, por um lado, e o Egito e o Sudão, por outro (Al-Anani, 2021), o que levou o presidente Abdel-Fattah El-Sisi a afirmar que a partilha da água do Nilo era uma “questão de vida ou de morte para a nação” (Ahram Online, 2017).

Em julho de 2021, os ministros dos Negócios Estrangeiros do Egito e do Sudão apelaram ao Conselho de Segurança da ONU (CSNU) para intervir nas disputas com a Etiópia sobre a GERD, uma vez que as tensões haviam recrudescido desde que se tinha iniciado a segunda fase de enchimento da barragem. Em dezembro desse ano o Conselho de Cooperação do Golfo (GCC)⁷ manifestou apoio ao Egito na sua disputa com a Etiópia.

Em julho de 2022 iniciou-se a terceira fase de enchimento do reservatório (Voiland, 2022).

2. Fatores geopolíticos conjunturais relevantes

Referiu Freire Nogueira que “A análise geopolítica (...) tem um carácter comparativo” e que na “Análise das Forças Profundas (...)” se incluem “(...) os tradicionais fatores clássicos que (...) fornecem uma boa parte das respostas”. Mas para obter “(...) dados realmente úteis (...)” têm que “(...) ser sopesadas com os Fatores da Conjuntura que permitem, além da profundidade, a ponderação dinâmica da atualidade e do futuro previsível” (Nogueira, 2011, p. 298). Nogueira identificou como conjunturais os fatores sociais, económicos, políticos e militares (Nogueira, 2011, pp. 299-303).

Este capítulo centra-se nos fatores políticos, sociais, económicos e militares mais relevantes, por se ter o entendimento de que são os mais adequados para determi-

6 Aparentemente, a neutralidade do Sudão ter-se-á ficado a dever ao possível fornecimento futuro de energia elétrica proveniente da barragem (OWP, 2022).

7 Acrónimo que significa *Gulf Cooperation Council* e que reúne Arábia Saudita, Bahrain, Emirados Árabes Unidos (EAU), Kuwait, Qatar e Omã (GCC, 2022).

nar a situação geopolítica atual na região e que melhor podem ajudar a caracterizar desenvolvimentos supervenientes.

2.1. Egito

O Reino Unido, potência hegemónica no Médio Oriente no início do século XX, estabeleceu várias monarquias semiautónomas na região, uma das quais no Egito, em 1922, na pessoa do rei Fuad I, a quem sucedeu, em 1936, o rei Faruk. Em 23 de julho de 1952, a monarquia – completamente subordinada aos interesses ingleses e internamente profundamente desacreditada – é derrubada por um movimento militar de um designado grupo de “Oficiais Livres”, liderados pelo coronel Gamal Abdel Nasser (Pereira e Moita, 2022). Atualmente, o Egito tem um sistema de governo presidencialista.

Politicamente, a “abordagem existencialista” adotada pelo Egito tem deixado muito pouco espaço para qualquer tipo de concessão (Horn Institute, 2020). As autoridades egípcias têm tentado parar a construção da GERD e impedir o seu enchimento ao ritmo que as autoridades etíopes pretendem, sem sucesso, todavia.

O Egito é o país mais populoso do mundo árabe – com 108 milhões de pessoas⁸ – e o terceiro de África, atrás da Nigéria e da Etiópia. Perto de 95% da população está concentrada numa estreita faixa (até aproximadamente 20 quilómetros) ao longo do rio Nilo (CIA, 2022). A dependência histórica do Egito do Nilo implica que o enchimento e a exploração da GERD sejam vistos com grande preocupação, uma vez que pode estar em causa o normal abastecimento de água às populações.

Em termos económicos, o produto interno bruto (PIB) nominal do Egito, em 2020, foi de 331 mil milhões de dólares. É detentor de diversos recursos naturais, incluindo petróleo, gás natural, minério de ferro, elementos de terras raras e zinco. As principais produções agrícolas centram-se na cana-de-açúcar, beterraba, trigo, milho, tomate, arroz, batata, laranja e leite (CIA, 2022). A agricultura está amplamente dependente da água do Nilo, uma vez que as terras férteis se situam geograficamente nas proximidades do rio. Um menor caudal provocado pela GERD pode causar prejuízos, aumentar o desemprego e gerar maior insatisfação nas populações.

Em termos militares, o Egito gastou em defesa, em 2020, 1,3% do PIB. As forças armadas egípcias tinham, em 2021, aproximadamente 450.000 efetivos⁹. O Egito tem realizado regularmente exercícios conjuntos com o Sudão, com emprego de forças terrestres, navais e aéreas, de operações especiais e aerotransportadas¹⁰

8 Só o Cairo tem presentemente cerca de 22 milhões de habitantes (CIA, 2022).

9 O Egito possui o maior exército árabe (Wittes, 2020; Knipp, 2019).

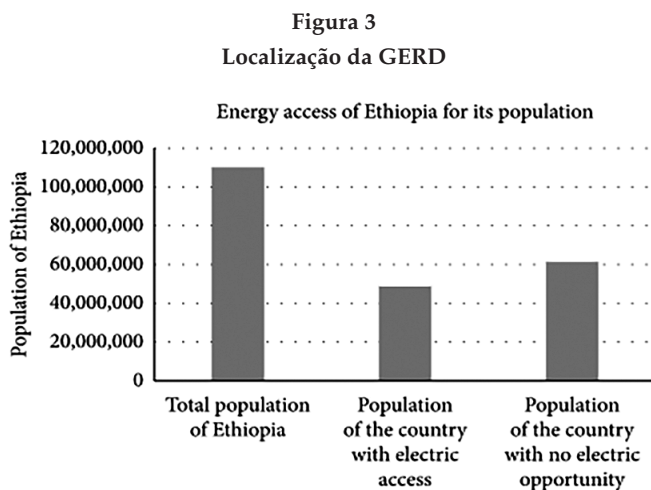
10 Em novembro de 2020 decorreu o exercício “Águias do Nilo 1” e em abril e maio de 2021 o “Águias do Nilo 2” e o “Guardiães do Nilo”, em território sudanês (Egypt Today, 2021), (Alarabiya news, 2020).

(Mikhin, 2021). Por outro lado, o Egito não exclui o uso da força militar para proteger os seus interesses (Śmigiel, 2020).

2.2. Etiópia

A Etiópia é o país independente mais antigo de África – com pelo menos 2.000 anos¹¹. É, além disso, um Estado único naquele continente, já que manteve a independência colonial das potências europeias¹². Em 1974, uma junta militar depôs o imperador Haile Selassie e estabeleceu um Estado socialista. Atualmente é uma república parlamentar federal, em que o primeiro-ministro é o chefe do governo. Em termos políticos, Adis Abeba encara o processo de construção da GERD como uma questão de soberania nacional. Está disponível para a obtenção de um acordo sobre a gestão da água do Nilo, mas não abdica de tomar unilateralmente as decisões que entende que se justificam (Mikhin, 2021).

A Etiópia é o segundo país mais populoso de África, com quase 114 milhões de pessoas. Cerca de 80% da população vive em zonas rurais (CIA, 2022). Os benefícios que resultam da construção da GERD são consideráveis em termos de desenvolvimento económico e de produção de eletricidade, o que lhe permitirá fazer face à situação energética deficitária que a Figura 3 mostra.



Fonte: Getie (2020).

11 Pelo menos desde que o reino de Aksum surgiu no território da atual Etiópia, durante o primeiro século a.C. (CIA, 2022).

12 Com exceção de uma ocupação italiana de curta duração ocorrida entre 1936 e 1941 (CIA, 2022).

Em termos económicos, a maioria da força de trabalho (73%) reside na agricultura, na produção de milho, trigo, leite, cevada, batata-doce e cana-de-açúcar. Possui pequenas reservas de ouro, platina, cobre, potássio e gás natural. O PIB nominal da Etiópia, em 2020, foi de 264 mil milhões de dólares (CIA, 2022). O Nilo Azul é muito relevante para a produção agrícola do país.

Em termos militares, até ao conflito de 2020 no Tigrey¹³, junto da fronteira com a Eritreia, os efetivos eram de aproximadamente 150.000 soldados, no ativo, incluindo 3.000 militares da Força Aérea. O país gastou em defesa, em 2020, 0,5% do PIB (CIA, 2022). Adis Abeba está disposta a usar a força militar para fazer valer os seus direitos no que à GERD diz respeito (Śmigiel, 2020).

2.3. Sudão

Após a ocupação egípcia, no início do século XIX, o Reino Unido estabeleceu um Sudão anglo-egípcio, que se tornou independente em 1956 e tem atualmente um sistema de governo presidencialista. Como o acordo de 1929 favorecia claramente o Egito no acesso à água do Nilo, o Sudão, logo depois da sua independência, entrou em conflito com aquele país devido aos direitos de abastecimento de água. Em 1958 o Egito realizou uma expedição militar num território disputado, no meio de negociações em curso com o Sudão sobre as águas do Nilo, sem sucesso, todavia, e que haveria de resultar na assinatura do acordo entre ambos de 1959 (OWP, 2022).

Em termos políticos, ao longo da última década, as posições de Cartum têm vindo a estar alinhadas com as do Cairo no que respeita à necessidade de um acordo sobre a gestão futura da água do Nilo.

O Sudão tem atualmente cerca de 48 milhões de pessoas (CIA, 2022). A construção e exploração da GERD constitui, simultaneamente, um fator negativo e um positivo. Negativo porque o caudal do rio, a jusante da barragem, pode vir a ser afetado, sobretudo em épocas de seca, e isso ter influência na produção agrícola e no consumo de água das populações. Positivo dado que o Sudão pode vir a beneficiar da produção de energia hidroelétrica da barragem e, em épocas de chuvas abundantes, evitar cheias nos terrenos agrícolas. Todavia, o controlo do caudal do Nilo

13 Relacionado com disputas entre a etnia maioritária (Oromo), da qual faz parte o primeiro-ministro Abiy Ahmed Ali, e o partido político dominante do Tigray – *Tigray People's Liberation Front* (TPLF) – que via as reformas de Abiy como uma tentativa de centralizar o poder e destruir o sistema federal vigente (BBC, 2021). O governo etíope declarou unilateralmente um cessar-fogo em junho de 2021, mas o TPLF excluiu qualquer trégua e os combates espalharam-se além das fronteiras do Tigray – para as regiões vizinhas de Amhara e Afar (Mackintosh, 2021).

ficará sempre a montante, pelo que a assinatura de um acordo de gestão da água é considerada essencial.

Em termos económicos, o Sudão teve, em 2020, um PIB nominal de 176 mil milhões de dólares. Possui petróleo¹⁴ e pequenas reservas de minério de ferro, cobre, zinco, tungsténio, prata e ouro. A agricultura emprega 80% da força de trabalho, sendo a cana-de-açúcar, amendoim, sementes de sésamo, leite de cabra, banana e trigo as principais culturas (CIA, 2022). Face à enorme dependência das populações da agricultura, a existência de água do Nilo que permita assegurar a produção anual é crítica para Cartum.

Em termos militares, contabilizou gastos de 2,4% do PIB em 2019. As suas forças armadas têm cerca de 100.000 militares no ativo, incluindo 5.000 na marinha e força aérea. Existem, ainda, 30.000 a 40.000 forças paramilitares e próximo de 20.000 reservistas (CIA, 2022). Cartum tem realizado nos últimos anos exercícios militares com o Cairo, um sinal claro da aproximação entre ambos os Estados (Alarabiya news, 2020).

3. Interações geopolíticas – uma visão prospetiva

Pretende-se, neste capítulo, centrar a análise nos interesses, iniciativas e objetivos de cada um dos atores considerados neste estudo, procurando identificar áreas de acomodação e de potencial conflito (possível e provável) entre eles, bem como relações de oposição e de convergência.

3.1. Egito

Principais interesses:

O Egito possui uma população em rápido crescimento (que é já a maior do mundo árabe), terras aráveis limitadas e depende em cerca de 90% da água do rio Nilo, fatores relevantes que têm vindo a sobrecarregar os recursos hídricos e a pressionar a sociedade egípcia. Nestas circunstâncias, ter um caudal do rio estável é uma questão de sobrevivência.

A entrada em funcionamento da GERD deixa à Etiópia o controlo do caudal do Nilo, o que é considerado inaceitável pelo Egito. Por outro lado, não tendo sido possível evitar a construção da barragem, o foco do Cairo voltou-se, nos anos mais recentes, para o ritmo de enchimento do respetivo reservatório, uma vez que se for demasiado rápido pode ter consequências graves, a curto/médio prazo, na quantidade de água disponível para as populações egípcias.

¹⁴ Ainda que em função da secessão do Sudão do Sul, em 2011, tenha perdido três quartos da produção petrolífera (CIA, 2022).

O Cairo tem procurado manter uma ligação privilegiada com Cartum, lembrando, amiúde, o acordo de 1959 e os “direitos adquiridos” de ambos os países relativamente ao acesso à água do Nilo. Mas tem procurado, de igual modo, construir uma retórica que evidencie os problemas graves que o funcionamento da GERD pode constituir para os países geograficamente situados a jusante da barragem, que serão os mais afetados.

Iniciativas relevantes:

O Egito assinou acordos militares e económicos com o Uganda, Quênia, Burundi, Ruanda, Djibuti e Sudão do Sul, numa tentativa de assegurar apoios regionais no diferendo com a Etiópia (Pustikom, 2022).

Tem procurado obter outros apoios internacionais, sobretudo junto de vários dos seus aliados do GCC¹⁵, uma vez que nem o CSNU¹⁶ nem a União Africana (UA) se têm mostrado capazes de ajudar a resolver este diferendo.

A realização de exercícios militares regulares com o Sudão ao longo dos últimos anos tem sido uma forma de estreitar as relações entre ambos os Estados.

Objetivos que se propõe alcançar:

O primeiro grande objetivo do Cairo consiste em isolar regionalmente Adis Abeba. Um outro objetivo consiste em atrasar o mais possível a conclusão do processo de enchimento do reservatório da GERD.

Finalmente, procura alcançar um acordo legal e vinculativo com o Sudão e a Etiópia para a gestão futura da água do Nilo que garanta a estabilidade do caudal do rio.

3.2. Etiópia

Principais interesses:

A Etiópia, para quem a bacia do Nilo Azul representa 70% dos seus recursos hídricos, e que contribui com próximo de 85% para o caudal anual do rio Nilo, vê a edificação, enchimento e exploração da GERD como uma questão de soberania nacional. A sua construção não dependeu de financiamento externo, mas antes de obrigações do Estado e de fundos privados¹⁷, pelo que Adis Abeba, perante as

15 Arábia Saudita, Jordânia, Bahrein, Omã e Kuwait declararam o seu apoio à posição egípcia e sudanesa sobre o enchimento e operação do GERD. Já os EAU optaram por apelar ao recomeço das negociações ao abrigo das leis internacionais (Sudan Tribune, 2021).

16 Em 2021, a ONU exortou a Etiópia, o Sudão e o Egito a retomarem as conversações sobre o futuro funcionamento da GERD, todavia sem sucesso (Oladipo, 2021).

17 Isto depois de abril de 2014, altura em que China, União Europeia, Rússia e o FMI suspenderam o seu financiamento à Etiópia, na sequência da reação do Egito à construção da barragem (OWP, 2022).

críticas e os receios dos Estados que sempre se opuseram à sua construção, considerou tratar-se de uma interferência estrangeira numa matéria que apenas a si dizia respeito (Deribe, 2022; Mutahi, 2020).

Embora a Etiópia afirme que a GERD beneficiará os vizinhos a jusante e não terá efeitos nocivos no seu abastecimento de água, um dos seus interesses neste processo consiste em exercer o controlo efetivo do caudal rio Nilo, o que lhe garante grande preponderância regional numa questão extremamente sensível como é a gestão deste relevante curso de água partilhado (International Rivers, 2014).

Por fim, Adis Abeba tem evidenciado que o acordo de 1959 sobre a gestão da água do Nilo, que lhe era francamente desfavorável, não tem qualquer valor jurídico, por ter sido assinado em pleno período colonial, e não abdica do princípio de que qualquer novo acordo deve ser vantajoso para si.

Iniciativas relevantes:

A Etiópia tem estado presente nas inúmeras iniciativas diplomáticas que têm vindo a ocorrer desde que em 2010 anunciou a decisão de proceder à construção da GERD. Todavia, tem-se mostrado irredutível relativamente ao período de enchimento do reservatório.

Por outro lado, tem inviabilizado a assinatura de qualquer acordo sobre a gestão futura da água do rio Nilo. Alega que o Egito apenas pretende obter um acordo que proteja a quota anual de 55,5 mil milhões de metros cúbicos das águas do Nilo por si reivindicada (Ethiopia Insight, 2020), e acusa-o de não respeitar os assuntos internos do povo etíope e o direito que lhe assiste de gerir os seus próprios recursos (Śmigiel, 2020).

Objetivos que se propõe alcançar:

O grande objetivo de Adis Abeba consiste em concluir o enchimento do reservatório da GERD no mais curto espaço de tempo possível, para poder explorar em pleno esta infraestrutura.

Por outro lado, procura evitar a formalização de qualquer acordo sobre a gestão futura da água do Nilo, que lhe retire o controlo total que atualmente detém sobre o caudal do rio.

3.3. Sudão

Principais interesses:

Na sequência do anúncio pela Etiópia da construção da GERD, o Sudão e o Egipto concordaram, inicialmente, em proteger os seus direitos nacionais relativos ao caudal da água do Nilo. Contudo, em 2014 o Sudão demarcou-se da sua aliança anterior com o Egito e declarou neutralidade relativamente à Etiópia sobre as disputas

da água do rio Nilo. Os benefícios que resultavam da entrada em funcionamento da GERD podiam ser benéficos para Cartum em termos de obtenção de energia hidroelétrica para as suas populações e de um espaço agrícola expandido, se a barragem viesse a regular potenciais transbordos de água através das margens do Nilo em épocas de cheias (OWP, 2022; Saied, 2022).

No entanto, o Sudão alterou, de novo, nos anos mais recentes, a sua posição, dado que passou a manifestar preocupação com a segurança da barragem e o impacto na produção de energia a partir das suas próprias barragens e também na agricultura. Cartum instou mesmo Adis Abeba a continuar as negociações para alcançar um acordo legal vinculativo e abrangente que preservasse os interesses de todos os Estados, e rejeitou as medidas unilaterais e as políticas de imposição de um facto consumado, praticadas pela Etiópia, ignorando os interesses legítimos e as graves preocupações dos demais Estados da bacia do Nilo (Endeshaw, 2021).

O Sudão insiste que deve existir um documento jurídico vinculativo para todas as partes envolvidas neste processo relativamente a potenciais disputas ou desacordos sobre a barragem. Mas, segundo Cartum, a Etiópia rejeita qualquer documento legal porque Adis Abeba alega que viola o princípio da soberania. Esta postura e as ações unilaterais de Adis Abeba têm vindo a minar a confiança entre Sudão e Etiópia (al-Kady, 2021; Sudan Tribune, 2021).

Iniciativas relevantes:

O Sudão apelou a Washington, no início de 2021, para pressionar a Etiópia a não encher a sua barragem antes de alcançar um acordo juridicamente vinculativo com os demais países ribeirinhos (Sudan Tribune, 2021).

Em abril do mesmo ano, propôs, com o apoio do Egito, um mecanismo de mediação quadripartida, liderado pela UA, com a participação da União Europeia, da ONU e dos EUA. Adis Abeba declinou a proposta, afirmando que apenas aceitava uma mediação africana (Sudan Tribune, 2021).

Objetivos que se propõe alcançar:

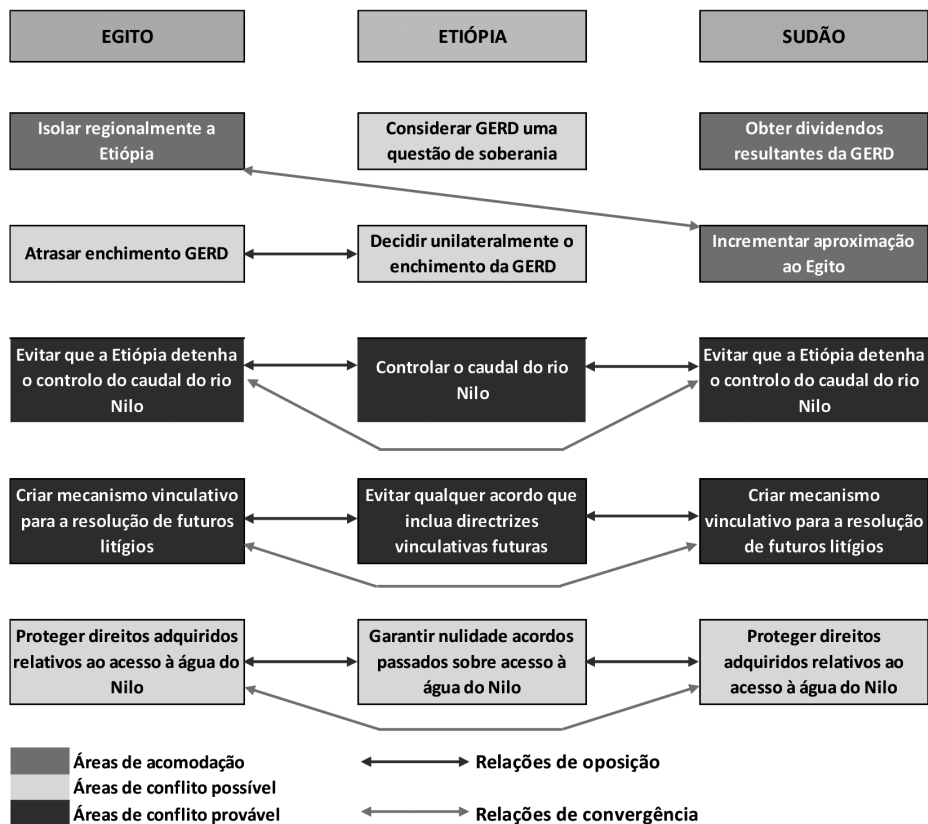
O grande objetivo do Sudão consiste na obtenção de um acordo entre os países da bacia do Nilo sobre a gestão da água do rio. Entende que a GERD tem um efeito regulador sobre as águas do Nilo e acredita que pode beneficiar da eletricidade aí gerada, mas quer garantias quanto ao seu funcionamento seguro.

3.4. Áreas de acomodação/potencial conflito e relações de convergência/oposição

Em linha com a análise efetuada, identificámos áreas de acomodação – significando que é expectável que não resultem em conflito – e de conflito possível ou provável, casos em que em função de acontecimentos supervenientes é possível, ou mesmo

provável, que venham a ocorrer conflitos. Conseguimos, ainda, elencar relações de convergência e de oposição. A Figura 4 mostra as áreas e as relações mencionadas.

Figura 4
Interações geopolíticas entre as potências de nível regional



Conclusões

O controlo do caudal do rio Nilo tem sido objeto de disputa entre três dos seus Estados ribeirinhos – Egipto, Etiópia e Sudão – desde a segunda metade do século XX até à atualidade. Os acordos passados (das épocas colonial e pós-colonial) beneficiaram de modo significativo o Sudão e, sobretudo, o Egipto – que ficaram com garantias de acesso à quase totalidade do caudal do Nilo –, levando a que a sua legitimidade fosse questionada pelos demais Estados, entre os quais a Etiópia.

Na retórica que tem seguido, em particular ao longo deste século, o Cairo lembra, amiúde, os acordos passados e os subsequentes “direitos adquiridos”. A dependência do Egito da água do Nilo é milenar. O rio serviu, ao longo de muitos séculos, não apenas para consumo de água pelas populações, como foi ainda determinante na agricultura e assumiu-se como veículo privilegiado de transporte de pessoas e bens, contribuindo de forma muito significativa para o desenvolvimento social e económico do país. Essa relação de dependência acentuou-se no passado recente, dado que atualmente perto de 95% da população está concentrada numa exígua faixa de cerca de 20 quilómetros ao longo do Nilo. A posição do Cairo na questão do caudal do rio remete para uma abordagem existencialista: o país não pode simplesmente sobreviver sem acesso regular à água do Nilo. Se tal vier a acontecer, as ondas de choque provocadas seriam de tal forma violentas que não restaria alternativa às autoridades egípcias do que procurar resolver pela força aquilo que não tem sido possível alcançar pela diplomacia. A construção e o enchimento da barragem – a maior de todo o continente africano – sem qualquer acordo prévio para a gestão futura deste importante curso de água partilhado, tem o potencial de gerar tensões muito significativas que podem mesmo extremar-se, caso o ritmo de enchimento seja de tal forma elevado que provoque um decréscimo significativo do caudal do Nilo medido, por exemplo, na barragem de Assuão (no Egito). Se a isso se somarem períodos de secas nas regiões a jusante da nova barragem, as consequências podem mesmo vir a ser imprevisíveis.

Mas Adis Abeba tem, de igual modo, as suas próprias ambições, materializadas na edificação de uma barragem no “seu” Nilo Azul, infraestrutura que lhe garante grande preponderância no controlo do caudal do rio Nilo – dado que próximo de 85% da sua água tem origem nas terras altas da Etiópia – e influência regional acrescida. A relevância desta nova barragem para o desenvolvimento económico do país é significativa, dado que lhe permitirá (quando estiver a funcionar em pleno) não apenas garantir que os 60% de etíopes que não têm acesso a energia elétrica passam a ter, como ainda fornecer vários Estados vizinhos. Tal como o Egito, também a Etiópia tem optado por seguir uma abordagem existencialista: vê esta nova barragem como uma questão de soberania nacional e não admite qualquer interferência externa num assunto que apenas a si considera dizer respeito. Nesse sentido, tem protelado qualquer entendimento com o Egito e o Sudão sobre a gestão futura deste curso de água, assumindo unilateralmente a decisão da construção e enchimento da barragem, ao ritmo que melhor lhe aprouver. Alega, ainda, que isso não terá qualquer influência nos Estados a jusante, não vendo, assim, razão para assinar qualquer acordo que serviria apenas para limitar a sua ação. Mas o facto é que tendo 85% da água do Nilo origem no Nilo Azul que nasce na Etiópia, Adis Abeba pode exercer efetivamente o controlo do caudal do rio como melhor entender, sobretudo se não existir um acordo que regulamente a sua gestão.

O Sudão tem sido um aliado do Egito na questão da gestão da água do Nilo desde a assinatura do acordo de 1959 entre ambos os Estados, evidenciando, de igual modo, os direitos que considera lhe assistem desde essa altura. Em fevereiro de 2014, porém, após o fracasso das negociações entre os três Estados, declarou a sua neutralidade neste processo, o que se ficou a dever à (forte) possibilidade de vir a ser um beneficiário do fornecimento de energia da nova barragem no Nilo Azul. Porém, logo depois, preocupado com o provável impacto que o funcionamento daquela infraestrutura teria nas suas próprias barragens, o Sudão reaproximou-se do Egito, exigindo um mecanismo que estipule regras claras sobre a gestão futura da água do Nilo. Estando geograficamente localizado a jusante da nova barragem, Cartum tem evidenciado preocupação com as decisões unilaterais de Adis Abeba, não apenas relativas à sua construção como, sobretudo, com o início do seu enchimento, dado que, sem um acordo, a Etiópia passa a ter uma posição de controlo total do caudal do Nilo, o que o Sudão considera ser inaceitável.

Concluimos referindo que foi possível provar que a segurança hídrica da bacia do Nilo é fundamental para o Egito, a Etiópia e o Sudão. Todavia, face à entrada em funcionamento da maior barragem do continente africano, no Nilo Azul, em território etíope, sem um acordo tripartido que defina os termos da gestão futura deste curso de água partilhado, o controlo do caudal do rio pela Etiópia é total, o que é inaceitável para os outros dois Estados e levará à crescente competição geopolítica entre eles, podendo conduzir, no limite, a uma nova “guerra da água”, agora nesta região de África.

Bibliografia

Ahram Online, 2017. *Egypt's Nile water share a 'matter of life or death,' says Sisi after Ethiopia dam negotiations stall*. [Online] Available at: <https://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/281712/Egypt/Politics-/Egypt-Nile-water-share-a-matter-of-life-or-death,.aspx> [Acedido em 4 junho 2022].

Al-Anani, K., 2021. *Will Egypt Live with GERD as a Bitter Reality?*. [Online] Available at: <https://arabcenterdc.org/resource/will-egypt-live-with-gerd-as-a-bitter-reality/> [Acedido em 29 maio 2022].

Alarabiya news, 2020. *Egypt, Sudan launch joint military exercises dubbed 'Nile's Eagles-1'*. [Online] Available at: <https://english.alarabiya.net/News/middle-east/2020/11/14/Egypt-Sudan-launch-joint-military-exercises-dubbed-Nile-s-Eagles-1-> [Acedido em 24 novembro 2022].

al-Kady, B., 2021. *Why the sudden shift in Sudan's position in Nile dam dossier?*. [Online] Available at: <https://www.al-monitor.com/originals/2021/01/sudan-escalate-ethiopia-nile-dam-negotiations-stall.html> [Acedido em 21 maio 2020].

- American Security Project, 2017. *The Grand Ethiopian Renaissance Dam: Power Dynamics in the Nile River Basin*. [Online] Available at: <https://www.americansecurityproject.org/the-grand-ethiopian-renaissance-dam-power-dynamics-in-the-nile-river-basin/> [Acedido em 3 junho 2022].
- BBC, 2021. *Ethiopia's Tigray war: The short, medium and long story*. [Online] Available at: <https://www.bbc.com/news/world-africa-54964378>
- CFA, 2009. *Agreement On the Nile River Basin Cooperative Framework*. [Online] Available at: <http://www.newscastmedia.com/entebbe-agreement.pdf> [Acedido em 16 maio 2022].
- CIA, 2022. *The World Factbook*. [Online] Available at: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/> [Acedido em 12 maio 2022].
- Deribe, M. M., 2020. *The Grand Nile Basin Renaissance Plan*. [Online] Available at: <https://www.ethiopia-insight.com/2020/06/11/the-grand-nile-basin-renaissance-plan/> [Acedido em 13 maio 2022].
- Deribe, M. M., 2022. *The 1959 Agreement “for the full utilization of the Nile waters”: The crux of the problem in the Nile Basin water use*. [Online] Available at: <https://www.weaspire.info/the-1959-agreement-for-the-full-utilization-of-the-nile-waters-the-crux-of-the-problem-in-the-nile-basin-water-use/?msclkid=a71cb738d09011ec94e0f06de688ae7f> [Acedido em 10 maio 2022].
- Earnest, J., 2012. *The Entebbe Agreement – Egypt’s Focus At African Summit*. [Online] Available at: <http://www.newscastmedia.com/entebbe-agreement.htm#:~:text=Entebbe%20Agreement%2C%20which%20is%20also%20called%20the%20Cooperative,1959%20agreement%2C%20as%20well%20as%20another%20accord%20signed> [Acedido em 16 maio 2022].
- Egypt Today, 2021. *Egyptian, Sudanese ‘Nile Guardians’ joint military exercise kicks off*. [Online] Available at: <https://www.egypttoday.com/Article/1/104396/Egyptian-Sudanese-%E2%80%98Nile-Guardians%E2%80%99-joint-military-exercise-kicks-off> [Acedido em 24 maio 2022].
- El-Gamal, T., 2022. *Nile Water Agreement (1929)*. [Online] Available at: https://www.academia.edu/12727424/Nile_Water_Agreement_1929_?msclkid=a71bfdc8d09011ec9c3283c81cf1efec [Acedido em 10 maio 2022].
- Endeshaw, D., 2021. *Ethiopia says second filling of giant dam on Blue Nile complete*. [Online] Available at: <https://www.reuters.com/world/africa/second-filling-ethiopias-giant-dam-nearly-complete-state-run-media-2021-07-19/?msclkid=a7f37712d15c11ecb2eb4bd518dd0a67> [Acedido em 11 maio 2020].
- Ethiopia Insight, 2020. *Why Ethiopia rejected the U.S.-drafted GERD deal*. [Online] Available at: <https://www.ethiopia-insight.com/2020/04/02/why-ethiopia-rejected-the-u-s-drafted-gerd-deal/> [Acedido em 20 maio 2022].
- GCC, 2022. *GCC Member States*. [Online] Available at: <http://gccgov.org/en/web/guest/gcc-member-states> [Acedido em 17 maio 2022].

- Geography, 2022. *Nile River*. [Online] Available at: <https://geography.name/nile-river/> [Acedido em 2022].
- Getie, E. M., 2020. *Poverty of Energy and Its Impact on Living Standards in Ethiopia*. [Online] Available at: <https://www.hindawi.com/journals/jece/2020/7502583/> [Acedido em 3 junho 2022].
- Horn Institute, 2020. *THE EGYPT–ETHIOPIA NILE CONFLICT. Sources, Forces, Scenarios, Implications, and Options for Kenya and the Horn*. [Online] Available at: <https://horninstitute.org/wp-content/uploads/2020/07/The-Egypt%E2%80%93Ethiopia-Nile-Conflict-Summary.pdf#:~:text=The%20current%20Egypt%E2%80%93Ethiopia%20conflict%20over%20the%20River%20Nile,opposition%20to%20the%20project%20over%20its%20water%20security> [Acedido em 28 maio 2022].
- International Rivers, 2014. *The Grand Ethiopian Renaissance Dam Fact Sheet*. [Online] Available at: <https://archive.internationalrivers.org/resources/the-grand-ethiopian-renaissance-dam-fact-sheet-8213> [Acedido em 14 maio 2022].
- Knipp, K., 2019. *Os “tentáculos” de Al-Sisi: Novo líder da política externa no mundo árabe?* [Online] Available at: <https://www.dw.com/pt-002/os-tent%C3%A1culos-de-al-sisi-novo-l%C3%ADder-da-pol%C3%ADtica-externa-no-mundo-%C3%A1rabe/a-48530674> [Acedido em 12 maio 2022].
- Mackintosh, E., 2021. *Ethiopia is at war with itself. Here’s what you need to know about the conflict*. [Online] Available at: <https://edition.cnn.com/2021/11/03/africa/ethiopia-tigray-explainer-2-intl/index.html> [Acedido em 16 maio 2022].
- Mikhin, V., 2021. *Desafios da partilha da água na bacia do Nilo: Aproximam-se momentos críticos*. [Online] Available at: <https://geopol.pt/2021/06/15/desafios-da-partilha-da-agua-na-bacia-do-nilo-aproximam-se-momentos-criticos/> [Acedido em 20 maio 2022].
- Mutahi, B., 2020. *Egypt-Ethiopia row: The trouble over a giant Nile dam*. [Online] Available at: <https://www.bbc.com/news/world-africa-50328647> [Acedido em 11 maio 2022].
- Nogueira, J. M. F., 2011. *O Método Geopolítico Alargado. Persistências e Contingências em Portugal e no Mundo*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Oladipo, D., 2021. *U.N. urges Ethiopia, Egypt and Sudan to recommit to dam talks*. [Online] Available at: <https://www.reuters.com/world/africa/un-urges-ethiopia-egypt-sudan-recommit-dam-talks-2021-07-06/> [Acedido em 11 maio 2022].
- OWP, 2022. *Nile River Conflicts*. [Online] Available at: https://theowp.org/crisis_index/nile-river-conflicts/#:~:text=Disputes%20between%20Ethiopia%2C%20Egypt%2C%20and%20Sudan%20over%20Nile,ultimately%20led%20to%20the%20failure%20of%20the%20project.[Acedido em 11 maio 2022].
- Pereira, P. e Moita, L., 2022. *O “nasserismo” no mundo árabe dos Anos 1950-60*. [Online] Available at: https://elearning.ual.pt/pluginfile.php/247376/mod_resource/content/1/Nasserismo%202022.pdf [Acedido em 10 maio 2022].
-

- Pustikom, 2022. *Egypt and Kenya Sign Military Agreement*. [Online] Available at: <https://pustikom.unj.ac.id/egypt-and-kenya-sign-military-agreement/> [Acedido em 21 maio 2022].
- Saied, M., 2022. *Egypt pushes to revive stalled negotiations over Nile dam*. [Online] Available at: <https://www.al-monitor.com/originals/2022/01/egypt-pushes-revive-stalled-negotiations-over-nile-dam> [Acedido em 26 maio 2022].
- Santos, L. B. e Lima, J. V., 2019. *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Śmigiel, M., 2020. *Egypt and Ethiopia dispute the dam. Is there a real risk of conflict?*. [Online] Available at: <https://warsawinstitute.org/egypt-ethiopia-dispute-dam-real-risk-conflict/> [Acedido em 28 maio 2022].
- Sudan Tribune, 2021. *Sudan calls for U.S. pressures on Ethiopia over GERD filling*. [Online] Available at: <https://sudantribune.com/article67491/> [Acedido em 21 maio 2022].
- UN Water, 2013. *What is Water Security?*. [Online] Available at: https://www.unwater.org/app/uploads/2017/05/unwater_poster_Oct2013.pdf [Acedido em 29 maio 2022].
- UN, 1963. *Agreement Between The Republic of The Sudan and The United Arab Republic for the full utilization of The Nile Waters*. [Online] Available at: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%20453/volume-453-I-6519-English.pdf?msckid=a71d276fd09011ec8823f55961ce625e> [Acedido em 10 maio 2022].
- UN, 1997. *Convention on the Law of the Non-navigational Uses of International Watercourses*. [Online] Available at: https://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/conventions/8_3_1997.pdf [Acedido em 13 maio 2022].
- Voiland, A., 2022. *A Grand New Dam on the Nile: The Grand Ethiopian Renaissance Dam*. [Online] Available at: <https://scitechdaily.com/a-grand-new-dam-on-the-nile-the-grand-ethiopian-renaissance-dam/> [Acedido em 27 maio 2022].
- Wheeler, K. G., et al., 2020. *Understanding and managing new risks on the Nile with the Grand Ethiopian Renaissance Dam*. [Online] Available at: <https://www.nature.com/articles/41467-020-19089-x> [Acedido em 14 maio 2022].
- Wittes, T. C., 2020. *Egypt: Trends, politics, and human rights*. [Online] Available at: <https://www.brookings.edu/testimonies/egypt-trends-politics-and-human-rights/> [Acedido em 12 maio 2022].